



INFORME

ASSERA

Boletim da Associação de Servidores da Reforma Agrária em Brasília

Ano V, nº 7 - 15 de junho de 2015

FESTA JULINA

COMEMORAÇÃO DOS 44 ANOS DA ASSERA/BR E OS 45 ANOS DO INCRA VAI OCORRER EM FESTA NO DIA 10 DE JULHO

Uma grande festa, a ser realizada no dia 10 de julho de 2015, vai comemorar os 44 da Associação dos Servidores da Reforma Agrária em Brasília (Assera/BR) e os 45 do Incra.

Vai ser uma festa julina, com forró pé-de-serra, quadrilha, comidas e bebidas típicas, brincadeiras para adultos e crianças, sorteio de brindes e muitas outras atividades.

A direção da Assera/BR convida os associados da entidade e seus familiares, demais servidores do Incra na Sede e SR-28/DFE, bem como todos os trabalhadores do Edi-

fício Palácio do Desenvolvimento. A festa começa às 17 horas, no térreo da Sede do Incra.

A festa também será o palco do lançamento da logomarca de 45 anos da Assera/BR, que nos próximos meses fará uma série de atividades comemorativas às quatro décadas e meia e existência da maior associação dos servidores do Incra.



DEFESA DOS SERVIDORES E INCRA É MARCA DA HISTÓRIA DA ASSERA/BR

Enquanto que o Incra foi criado em 9 de julho do ano de 1970, a Assera/BR foi fundada no dia 11 de maio de 1971 – segundo consta na ata de fundação, instalação e eleição da primeira diretoria da entidade. No entanto, a Assera/BR teve essa ata de criação registrada no Primeiro Registro de Títulos e Documentos de Brasília somente em 24 de abril de 1972.

Mas a entidade surge como Associação dos Servidores do Incra em Brasília (Assin-cra/BR), tornando-se Assera/BR somente em 1985, pois buscava abarcar todos os trabalhadores na Reforma Agrária em Brasília.

Anterior mesmo que a Cnasi, que surgiu apenas em 1986, a Assera/BR sempre teve papel importante na defesa da Reforma Agrária e do Incra. Embora muitas associações de servidores do Incra tenham surgido

nos anos 70 do século 20, a Assera/BR, por estar em Brasília, teve uma atuação muito forte no ambiente político da capital federal na valorização dos servidores, promoção da democratização de acesso à terra e fortalecimento do Incra.

O exemplo maior do importante papel da Assera/BR ocorreu no processo de restabelecimento do Incra, pois este foi extinto em 1987. Com a extinção, os servidores se mobilizaram e decidiram ficar em assembleia permanente. Neste ambiente de luta, a Assera/BR juntamente com a Cnasi (a representante nacional dos trabalhadores do órgão) deram suporte aos servidores do Incra de todo o país que se dirigiram em grupos a Brasília. Como não havia possibilidade do restabelecimento por ato da Presidência da República, as forças foram direcionadas para o Congresso Nacional. Dezesete meses depois de extinção do Incra, o Decreto Legislativo nº 2, de 29 de março de 1989, rejeitou o texto do decreto-lei nº 2.363. O Incra foi restabelecido pelo Decreto nº 97.886, de 28 de junho de 1989, mantendo sua estrutura anterior e sendo vinculado ao Ministério de Agricultura. Mas o órgão permaneceu semiparalisado, por falta de verba e de apoio político. No dia da votação do decreto legislativo que rejeitou a extinção do Incra as

galerias do Congresso Nacional foram ocupadas por servidores do órgão (foto) de todo o País, com apoio logístico da Assera/BR.

Outro momento grave para o Incra e seus servidores foi na década de 90, durante o governo Collor de Mello, quando são colocados em disponibilidade e demitidos cerca de 50 por cento da força de trabalho da autarquia. Novamente, as associações de servidores do Incra em todo o Brasil, Assera/BR e Cnasi tiveram um papel preponderante na reativação dos trabalhadores na autarquia.

Entre 1970 e 1985, o Incra foi vigorosamente instrumentalizado para realizar uma “Política de Estado”, que se revelou basicamente como um deslocamento de populações do Nordeste, Sudeste e Sul para a Amazônia e Centro Oeste.

No período de 1985 e 2015 o Incra, teve o seu quadro de pessoal severamente reduzido de nove mil para 5,3 mil servidores – uma subtração de aproximadamente 37% na sua força de trabalho. Nesse mesmo período, sua atuação territorial foi acrescida em 33 vezes – saltando de 61 para mais de 2000 municípios.

Incra tem um público beneficiário (atendido diretamente pela autarquia) de cerca de 10 milhões de pessoas – entre assentados, acampados, quilombolas, ribeirinhos, moradores de Resex, comunidades tradicionais, etc .



ASSERA/BR LANÇA NOVO SITE PARA INTERAGIR COM SERVIDORES

A Assera/BR lançou sua nova página na Internet, como mais uma ação de comemoração dos 44 anos de fundação da entidade representativa dos profissionais do Incra na capital federal, completados em 2015.

O site da Assera, que foi construído nos últimos três meses por empresa contratada pela entidade, tem por objetivo ser uma ferramenta de comunicação dos servidores do Incra – ativos, aposentados e pensionistas –, e seus familiares para divulgação, debate e organização das lutas e reivindicações da categoria em Brasília.

A página traz notícias, documentos, informações sobre gestões, informativos eletrônicos, etc. Também é possível acessar por meio do site diversos vídeos com atuação da Assera/BR e seus associados.

Acesse a página da Assera/BR na internet no <http://www.asserabr.org>.



PARALISAÇÃO

BRASÍLIA, PIAUÍ, MATO GROSSO E RONDÔNIA

O dia nove de junho de 2015 foi o segundo na campanha salarial do ano que houve paralisação dos servidores do Incra. Nesta data, paralisaram as atividades servidores do Incra em Brasília (Sede e SR-28/DFEntorno), Rondônia, Mato Grosso (que está em greve desde 1º de junho) e Piauí, como forma de reivindicar melhorias na carreira, fortalecimento da autarquia e Ministério, além de promoção das políticas desenvolvidas por estes órgãos.

A primeira paralisação deste ano ocorreu em 29 de maio. A data, definida em reunião realizada no dia 6/5 em São Paulo, foi convocada pelas centrais sindicais CSP-Conlutas, CTB, CUT, Intersindical-CCT, UGT e Nova Central, com adesão da CGTB e outras entidades sindicais e populares.

Em Brasília, um ato de 9/6 ocorreu no tér-

reo da Sede do Incra, quando lideranças e demais servidores defenderam melhorias para os profissionais e os órgãos. Servidores do Incra/DFEntorno também estiveram presentes. O ato foi organizado pela Assera/BR e seção sindical do Sindsep-DF no Incra.

Grupo de coordenação da paralisação em Brasília teve reunião (foto) com o presidente substituto do Incra, Leonardo Góes, quando a ele foi solicitado que contate o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, para encaminhar Aviso Ministerial ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Nelson Barbosa, solicitando a Reestruturação da Carreira do Incra, nos termos da Emenda 35 do Núcleo Agrário do PT na Câmara, apresentada na MP 632/2013, que foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e vetada pela presidente Dilma. A solicitação é que o efeito financeiro seja a partir de janeiro/2015. Góes reafirmou a disposição da Direção do Incra em defender uma proposta da autarquia na SRT/MPOG, informou ainda que vai solicitar a reunião com a presidente do Incra para tratar da questão da Carreira e do Aviso.



EXPEDIENTE

ESTE É UM INFORMATIVO DA ASSERA/BR

Endereço: SBN, Bloco D, Ed. Palácio do Desenvolvimento, 14º andar, sala 1404, CEP: 70.057-900

Contato: (61) 3411-7458 / 7554 e secretaria@asserabr.org.br

Mais informações na página: <http://asserabr.org.br>

Jornalista responsável: Reginaldo Marcos Aguiar (Reg. Prof: MTb/SRT-PI 1076)

ASSERANDO

CAMPANHA SALARIAL

As reivindicações da carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, que é composta por cerca de 80 por cento dos servidores do Incra – dos níveis auxiliar, intermediário e superior, dos mais diversos cargos da autarquia –, bem como dos trabalhadores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foram recepcionadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no dia 26 de maio de 2015, durante reunião da Mesa de Negociação Setorial Nacional Permanente do MDA (MSNP/MDA) - que é espaço onde representantes do governo e dos servidores negociam as melhorias estruturantes para os órgãos.

Integrantes da Secretaria de Relações do Trabalho do MPOG apontaram que algumas respostas para as reivindicações ocorrerão em nova reunião, a ser realizada no final de junho de 2015.

A Cnasi apresentou aos representantes do governo argumentos que justificam a equiparação desejada com o Ibama, com planilhas sobre a força de trabalho, os egressos de concursos, resgatando o histórico de todas as negociações e as pendências de termos de acordo, ressaltando que desde 2004, as negociações avançaram pouco nas questões remunerativas, ficando pendente vários outras pautas acordadas: gratificações de qualificação, zonal, técnica, reestruturação da carreira (criando a Carreira Agrária), correção do cálculo da GDARA para aposentadoria, entre outras.

Os representante dos servidores apresentaram as reivindicações da categoria delimitando-as em três pilares, que são: 1 – promoção das políticas de Reforma Agrária, Regularização Fundiária, Cadastro Rural e Agricultura Familiar; 2 – fortalecimento dos órgãos federais que executam essas políticas (Incra e MDA); 3 – valorização dos servidores.

Para a promoção das políticas citadas no “item um” é necessário vontade política do governo central, com destaque para a Presidência de República, autorizando/determinando aos gestores do Incra e MDA atuarem efetivamente em seus desenvolvimentos. Para o segundo item, o fortalecimento dos órgãos executores dessas políticas se dá necessariamente por reestruturação geral e ampliação volumosa de orçamento. No terceiro quesito, defende-se melhoria das condições de trabalho, concurso para novos servidores no Incra e MDA, concurso de remoção, ampliação de benefícios (refeição, transporte, saúde, creche, etc) e melhorias dos padrões remunerativos, equiparando-os à tabela do Ibama.